

Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo

Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo
(Organizadores)



Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo
(Organizadores)

Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E56	Enfoque interdisciplinar na educação do campo [recurso eletrônico] / Organizadores Jorge González Aguilera, Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-454-2 DOI 10.22533/at.ed.1842190605 1. Antropologia educacional. 2. Brasil – Condições rurais. 3. Educação rural – Brasil. 4. Pesquisa educacional. I. Aguilera, Jorge González. II. Zuffo, Alan Mario. CDD 370.193
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo*” aborda uma publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 12 capítulos, conhecimentos tecnológicos e aplicados ao ensino no campo.

Este volume dedicado a pesquisas ligadas a Educação do Campo traz em seus capítulos uma variedade de artigos dirigidos a mostrar o direcionamento atual das políticas públicas e privadas encaminhadas a promover o ensino no campo. O campo que gera tantas riquezas e que dele depende o nosso acesso a alimentos, precisa ter um incentivo educacional não só direcionado ao aumento da produção e também direcionado aos homens e mulheres que fazem dele seu dia a dia. A adaptação das atividades pedagógicas nas universidades ligadas a cursos como Biologia e Agronomia direcionadas a pesquisas educacionais, interdisciplinaridade do conhecimento, uso de ferramentas computacionais, o papel do professor como alfabetizador no campo, entre outros temas, são abordados neste livro.

Agradecemos aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata alguns dos recentes avanços científicos e tecnológicos na Educação Ambiental no Campo, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes, professores e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias e aplicações do ensino no cotidiano da vida no campo, assim, contribuir na procura de novas políticas, pesquisas e tecnologias que possam solucionar os problemas que enfrentamos no dia a dia.

Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
Ramofly Bicalho Aline Abbonizio	
DOI 10.22533/at.ed.18421906051	
CAPÍTULO 2	13
ABORDAGEM HISTÓRICA DA ALQUIMIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO QUÍMICO	
Abecy Antonio Rodrigues Neto Naiton Martins da Silva Junio Moraes Rodrigues Juliano da Silva Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18421906052	
CAPÍTULO 3	24
CONHECENDO E RECONHECENDO O CAMPO: RELATO DE UMA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rayffi Gumercindo Pereira de Souza Fernanda de Lourdes Almeida Leal	
DOI 10.22533/at.ed.18421906053	
CAPÍTULO 4	34
DELINEANDO CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DO TRADICIONALISMO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Sara Cristina Bernardes Correia Jheyce Caroline Souza Barcelo Poliana Sousa da Cruz Juliano da Silva Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18421906054	
CAPÍTULO 5	44
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL	
Cíntia Moralles Camillo Liziany Müller Medeiros Janete Webler Cancelier	
DOI 10.22533/at.ed.18421906055	
CAPÍTULO 6	59
EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO, ENSINO SUPERIOR E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E CONQUISTAS NESSE CENÁRIO	
Welber Eduardo Vaz Cláudia Regina Vasconcelos Bertoso Leite	
DOI 10.22533/at.ed.18421906056	
CAPÍTULO 7	74
INTERDISCIPLINARIDADE: ENTRELACANDO O CONHECIMENTO	
Maria Helena Romani Mosquen Jacinta Lúcia Rizzi Marcom	
DOI 10.22533/at.ed.18421906057	

CAPÍTULO 8	81
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO DA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO RS	
Liziany Müller Medeiros	
Alexandra Buzanelo Schossler	
Juliane Paprosqui Marchi da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18421906058	
CAPÍTULO 9	93
MÚSICA E CURRÍCULO NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFT/ARRAIAS: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR MUSICAL	
Aparecida de Jesus Soares Pereira	
Waldir Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18421906059	
CAPÍTULO 10	108
PROFESSORES ALFABETIZADORES NO CAMPO: ORIENTAÇÕES A PARTIR DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Carla Fernanda Figueiredo Felix	
Maria Iolanda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.184219060510	
CAPÍTULO 11	122
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO MEDIADORAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA DO CAMPO INTENDENTE MANOEL RIBAS	
Larissa Schlottfeldt Hofstadler Deiques	
Liziany Muller Medeiros	
Luciane Maffini Schlottfeldt	
DOI 10.22533/at.ed.184219060511	
CAPÍTULO 12	134
TRANSFORMAÇÕES TÉCNICO-PRODUTIVAS NA PRAIA DA LONGA/RJ	
Suelen da Silva Chrisostimo	
Elianeide Nascimento Lima	
DOI 10.22533/at.ed.184219060512	
CAPÍTULO 13	144
INCLUSÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA E AS CLASSES MULTISSERIADAS: HISTÓRIA, ESTRATÉGIAS E EMERGÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Lucas Carlos Martiniano de Almeida	
Marta Waleria Marques Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.184219060513	
SOBRE OS ORGANIZADORES	154

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Cíntia Morales Camillo

Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas.

Santa Maria – RS

Liziany Müller Medeiros

Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais.

Santa Maria – RS

Janete Webler Cancelier

Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas.

Santa Maria – RS

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a inclusão digital nas escolas do campo no Brasil, buscando constituir referências iniciais para futuras pesquisas sobre o tema. As abordagens teóricas propostas na pesquisa refletem sobre uma educação do campo pensada por quem vive nas zonas rurais. A pesquisa se apoia em estudos como de Quijano, Arroyo, Caldart, Fernandes, Fonseca et al., Weisheimer, Melo, Munarim. Nas referências da Educação do Campo no Brasil, bem como, Bonilla, Kenski, Castells, Moran, Valente, Freire, entre outros autores na discussão sobre políticas públicas sociais para a inclusão digital que promovam o exercício da cidadania. O estudo constitui-se sobre a Educação do Campo num breve permeio de sua história e

contextos; logo após as tecnologias digitais de comunicação e informação no contexto escolar, aborda-se as políticas públicas sociais para a inclusão digital e finaliza-se com as tecnologias digitais nas escolas do campo, formação de educadores e o Pronacampo.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas do Campo; Sujeitos do Campo; ProInfo; Pronacampo; Tecnologias Educacionais.

FIELD EDUCATION AND PUBLIC POLICIES FOR DIGITAL INCLUSION

ABSTRACT: The objective of this research is to reflect on digital inclusion in rural schools in Brazil, seeking to constitute initial references for future research on the subject. The theoretical approaches proposed in the research reflect on a rural education thought by those living in rural areas. The research is supported by studies such as de Quijano, Arroyo, Caldart, Fonseca et al., Weisheimer, Melo, Munarim in the references of Field Education in Brazil, as well as Bonilla, Kenski, Castells, Moran, Valente, Freire, among others authors in the discussion about public social policies for digital inclusion that promote the exercise of citizenship. The study is based on Field Education in a brief permeio of its history and contexts; soon after the digital technologies of communication and information in the school context, the public social policies for the digital

inclusion are approached and finalized with the digital technologies in the schools of the field, training of educators and Pronacampo.

KEYWORDS: Field Schools; Subject of the Field; ProInfo; Pronacampo; Educational Technologies.

1 | INTRODUÇÃO

Programas, metas e pactos como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) fizeram com que o governo se aliasse a fundações e empresas de telefonia, com o propósito de levar a tecnologia até as escolas públicas municipais e estaduais, localizadas tanto nas zonas urbanas quanto rurais (MEC, 2013). Tendo como objetivo propor a diminuição da defasagem escolar, e, por conseguinte equipar Laboratórios de Informática Educacionais (LIEs) nas escolas, esta pesquisa discute como se processa as políticas públicas para a inclusão digital nas escolas do campo,

Ao pensar em tecnologias digitais nas escolas do campo, questiona-se: Será que os programas que o governo implanta levam em consideração a realidade do educando e do educador da escola do campo? Se o educador tem condições de se capacitar, tendo em vista que muitas vezes ele está sobrecarregado e não tiveram disciplinas no seu currículo de formação que abordassem tecnologias? Como estão sendo utilizados os LIEs nas escolas do campo, bem como os recursos e/ou ferramentas tecnológicas?

A fim de responder estes questionamentos, emprega-se pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, seu papel foi subsidiar referenciais teóricos pertinentes ao tema. Logo o objetivo da pesquisa é refletir sobre a inclusão digital nas escolas do campo no Brasil contemporâneo, buscando constituir referências iniciais para futuras pesquisas sobre o tema na área da Educação do Campo e tecnologias.

Para situar o leitor na temática, toma-se como pressuposto Freire (1987) quando este argumenta: a serviço de quem as tecnologias estão em uso? A favor de quem e contra quem? Para Freire, essas perguntas são importantes politicamente, dada a importância de se pensar em propostas pedagógicas que levem em conta as possibilidades encontradas a partir de três sujeitos essenciais que são: os educadores, os educandos e a escola. Ainda segundo o autor, não basta levar computadores para a escola, os sujeitos envolvidos no processo educativo precisam estar cientes da importância da utilização das tecnologias.

Buscando entender como estes processos se manifestam apresenta-se inicialmente discussões acerca da Educação do Campo; sequencialmente, sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto escolar; assim como, as políticas públicas sociais para a inclusão digital e as tecnologias digitais nas escolas do campo, formação de educadores e o Pronacampo.

2 | EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERMEANDO CAMINHOS

A percepção do contexto brasileiro sobre a Educação no Campo, requer um resgate dos fatos históricos. Para essa análise, no Quadro 1 é retratado de maneira breve como a educação no espaço rural, segundo Fonseca et al. (2010), é acordada na Constituição Federal Brasileira.

Constituições Federais Brasileiras	Educação
1824	Primeira constituição, que mencionava apenas a garantia de educação primária e criação de escolas e universidades na zona urbana, sem mencionar a Educação do Campo.
1891	É resultado da influência direta das oligarquias latifundiárias, em especial os cafeicultores em querer legitimar o regime de poder centralizado em suas mãos. Mesmo o Brasil sendo considerado eminentemente agrário, a Educação no Campo foi tratada com descaso, não foi mencionada e não foi considerada. A educação vigente no Brasil priorizou os interesses da metrópole negando a nascente sociedade brasileira.
1934	No artigo 149 a educação é estabelecida como direito de todos e que o ensino primário integral seria gratuito e de frequência obrigatória. Determinava que caberia a União reservar pelo menos 20% do orçamento à educação nas zonas rurais.
1937	Preocupação com o ensino profissionalizante devido ao processo de industrialização que passou a vigorar no Brasil. Destaque para o artigo 132 que prevê períodos de trabalho para juventude no campo, auxiliado e protegido pelo Estado. No entanto, desconsiderava-se o ensino na zona rural.
1946	Institui competências para a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A educação volta nesta constituição a configurar-se direito de todos. O Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto, regulamenta o ensino agrícola. Tal constituição é revogada pelo artigo 4 de Castelo Branco.
1967	Promulgada em 1969 a emenda de 24-01-1967 que limitava a obrigatoriedade das empresas, inclusive os agrícolas, com o ensino primário gratuito dos filhos dos empregados, entre 07 e 14 anos.
1988	Educação como dever do Estado e direito fundamental subjetivo reconhecido, independente de residirem nas áreas urbanas ou rurais, amparado na teoria de colaboração dos entes federados. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) reabre a discussão da Educação do Campo. As constituições estaduais e a Leis de Diretrizes e Bases abrem brechas para o tratamento da educação do campo na perspectiva do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

Quadro 1 - Educação no campo e os textos constitucionais

Fonte: Adaptado de Fonseca et al. (2010).

Somente na Constituição de 1988 é que a educação, de uma forma geral, ganha uma perspectiva mais democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na constituição. Segundo o artigo 28 da LDB (1996, s/p.):

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Perante a Constituição Federal Brasileira todos os indivíduos têm direito a educação, indiferente de residirem no campo ou na cidade, respeitando os valores culturais e o meio em que vivem. Mas, em conformidade Weisheimer (2005), há falhas quanto a forma em que os sujeitos do campo recebem essa educação por meio das escolas. O autor defende que há divergências no modelo de educação para as escolas do campo, visto que se segue o modelo educacional da escola urbana, e não um calendário escolar apropriado por ciclos, direcionado a atender as demandas dos sujeitos do campo. Ainda que a educação seja um direito universal ela não está disponível para todos, principalmente no campo.

Esse processo começa a se alterar a partir da luta dos movimentos sociais empenhados na busca para uma reforma social e educacional, no direito de oferecer uma Educação do Campo voltada para os sujeitos do campo. Quijano (2010) e Arroyo (2014), argumentam que os sujeitos campestres buscam nos movimentos sociais a afirmação perante o Estado e a sociedade, assim como, buscam por direito a terra, a teto, a escola e alimentação.

Estas lutas propiciaram segundo Melo (2011, p.30) a aprovação legal que constitui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O Quadro 2 retrata parte das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme (BRASIL, 2002).

Diretrizes	Artigos
A identidade da escola do campo	Artigo 2°. A escola do campo precisa estar inserida na realidade do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais.
A organização Curricular	Artigo 4° e 5°. Destacam-se os seguintes elementos: os temas a serem trabalhados devem ser ligados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo; a metodologia também deve ser adequada à realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente. Essa metodologia resgata a riqueza das experiências, os diferentes procedimentos de ensino, os vários recursos didáticos e os diversos espaços de aprendizagem.

Responsabilidade do Poder Público	Artigos 3º, 6º e 7º. O sistema municipal deverá ofertar educação infantil e ensino fundamental nas comunidades rurais, povoados ou na sede do município.
Organização das escolas	Artigo 7º, Parágrafo 1º e 2º. A escola pode organizar as turmas de diferentes maneiras (classe multisseriada, ciclo, alternância ou séries) e o calendário da escola do campo pode ser organizado de acordo com a realidade de cada local, desde que não prejudique os educandos na quantidade dos dias letivos.
Gestão da Escola	Artigos 10º e 11º. As famílias, os movimentos sociais têm direito assegurado de participar da discussão do funcionamento da escola, na proposta pedagógica e nas discussões do uso dos recursos financeiros e sua aplicação. Esta participação pode acontecer em vários espaços, como conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar, Comitês de Gestão (Caixa escolar, Merenda, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa), nas Conferências de Educação e ainda de outras formas, como: movimentos e sindicatos participarem na elaboração do Plano Municipal e Estadual de Educação.
Formação de Professores	Artigos 11º, 12º e 13º. O sistema de ensino municipal ou estadual deverá garantir a formação dos educadores que ainda não tem curso normal (magistério) e superior e que os cursos de formação tenham conhecimentos específicos que contribuam para que os educadores possam atuar respeitando a realidade do campo. Garantir a formação continuada em serviço e a titulação do educando leigo que está em sala de aula.

Quadro 2 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Fonte: Adaptado de MEC (2002).

Vários foram os movimentos sociais no Brasil em favor do campo, entre eles se destaca o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), em sua luta pela democratização do acesso à terra e pela reforma agrária não esqueceram de lutar pela educação. Pois compreendem que além do acesso a terra, também é importante escola, conhecimento e à escolarização, na busca da autonomia como bem aponta Caldart (2008). São diversos os projetos do MST em favor da Educação do Campo, nestes ao longo dos anos lutam pela inclusão escolar e por uma educação justa e adequada para os sujeitos do campo, aliando a formação política e a educação técnica-profissional. Está assertiva é confirmada por Lima e Noma (2011, p.02) quando destacam que:

Parte da ação do MST interliga-se com os elementos constituintes da Educação do Campo (EdoC), que tem vínculo histórico com as lutas por educação em áreas de Reforma Agrária e com a práxis política dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e lutam pela Reforma Agrária. Tais Movimentos incluem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Via Campesina.

O MST com o objetivo de efetivar as políticas públicas e a educação em prol do sujeito do campo, vem desde a sua criação, conforme Caldart (2008), lutando por uma escola integrada à rede pública de ensino. Ampliando efetivando a demanda pela garantia da Educação Básica para as áreas de Reforma Agrária.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

A autora ainda destaca que a educação pensada para os sujeitos do campo, deve ser realizada com os sujeitos do campo, tomando como base suas relações de trabalho, sociais, culturais, assim como o campo enquanto espaço de moradia (CALDART, 2009, p.15) A partir deste contexto, as formas de ensino e aprendizagem utilizadas devem partir dos contextos locais articulando os saberes, as lutas e as conquistas do povo.

Quando falamos de educação do campo, segundo Fernandes (2014, p.3), estamos nos referindo aos territórios camponeses, que são criados por relações familiares, associativas e cooperativas, são relações não capitalistas.

Todavia, quando os territórios das relações não capitalistas são apropriados pelas relações capitalistas, eles são subordinados e depois destruídos. Desse contexto, decorre a necessidade de pensar a emancipação dos territórios camponeses com uma educação do campo que promova o seu desenvolvimento. Esta educação precisa associar a lógica territorial camponesa ao seu desenvolvimento. Assim, não podemos pensar numa educação para o assalariamento, mas em uma educação em todos os os níveis e dimensões para o trabalho familiar (FERNANDES, 2014, p.3).

Outra autora que apresenta substanciais contribuições nessa discussão é Mônica Molina (2014). Em suas explanações discute sobre a necessidade de se aumentar a escolaridade dos sujeitos do campo, sendo que para a efetivação dessa meta é indispensável que ocorra o fortalecimento das escolas do campo e a ampliação das vagas.

Diante do exposto, entende-se que “uma escola do campo é a que defende os interesses da agricultura camponesa, que construa conhecimentos, tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 47). Ou seja, uma escola contígua ao trabalho, a cultura, a produção, também associada à luta pela terra, pela inclusão, igualdade e as políticas públicas em prol do desenvolvimento do campo. Que seja constituída pelos sujeitos sociais que integram as realidades do campo e que vincule o processo de vida no campo com os pressupostos educacionais, aliando assim escola e vida (MARTINS, 2009, p.01).

No decorrer dos anos avanços foram realizados, entre eles a conquista da aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, no entanto, muito ainda tem-se a percorrer para a consolidação efetiva desta.

Na atualidade um grande desafio é conseguir implementar nas escolas do campo o trabalho acordo com Diretrizes. A escola nas comunidades rurais não sofreu transformações significativas, estando no campo, sem pertencer a ele. Percebe-

se entre os educadores, a necessidade de mudança, que pode vir de uma melhor formação acadêmica inicial e permanente, possibilitando a compreensão do lugar onde as escolas do campo estão inseridas (FLORES WIZNIEWSKY, 2010 p. 27).

A busca pela emancipação do sujeito do campo e pelo fortalecimento das escolas também perpassa pela consolidação de políticas emancipatórias e ampliação dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo. As políticas como PRONERA, PAA, PNAE, são essenciais, já que estas contribuem para o desenvolvimento do território camponês como bem atesta Fernandez (2014). As licenciaturas por sua vez, contribuem no sentido de que prepara os futuros educadores para atuar em distintas realidades, nos mais diferentes contextos em que estão inseridos os sujeitos do campo.

3 I TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Na contemporaneidade, vive-se em um tempo de mudanças no que diz respeito às transformações das ferramentas e recursos tecnológicos direcionados para a educação. Estes recursos surgem objetivando auxiliar o educador, mas não com o intuito de substituí-los, assim como não podem substituir outras fontes e recursos educacionais, como os livros, mapas e cadernos. Reiterando estas afirmativas Moran (2007, p.12) evidência que:

Se ensinar dependesse só de tecnologias já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas e particularmente agora em que estamos pressionados pela transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.

A evolução e expansão das tecnologias tem transformando o comportamento humano (KENSKI, 2012). A sociedade é apresentada constantemente às novas tecnologias e, no que se refere à educação, as possibilidades são infinitas. O acesso à informação possibilitado por estas tecnologias revoluciona os processos de ensino-aprendizagem, na medida em que o professor se proponha a utilizá-los.

A respeito dessa evolução tecnológica ressalta Ponte (2000, p. 3) ressalta que:

Durante muitos anos falava-se apenas no computador. Depois, com a proeminência que os periféricos começaram a ter (impressoras, plotters, scanners, etc.) começou a falar-se em novas tecnologias de informação (NTI). Com a associação entre informática em telecomunicações generalizou-se o termo TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

A geração atual, com a presença das diversas tecnologias digitais, vive em uma era que permite a todo instante estar informado, possibilitando que estes se expressem e participem ativamente de tudo o que ocorre na sociedade (CASTELLS, 2007).

Desta forma, educadores e educandos fazem parte de gerações distintas, exigindo um novo método de pensar em relação ao ensinar e aprender. Mesmo as gerações sendo caracterizadas por períodos distintos, Prensky (2001) usou

a terminologia Imigrantes Digitais e Nativos Digitais, a fim de intitular as gerações atuais e as gerações passadas, contemplando mais de uma geração. O autor chama de imigrantes os indivíduos que precisam se incluir as novas tecnologias digitais de interação e comunicação; e os nativos são os indivíduos que nasceram na era tecnológica, fazendo uso da internet.

Para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, tanto educandos quanto educadores necessitam apropriar-se do conhecimento das tecnologias utilizadas na educação. Quando associado ao uso das TDICs, exige-se por vezes uma maior compreensão do educador quanto a sua aplicação e suas práticas metodológicas, bem como requer que o educador compreenda o educando, que é um nativo digital.

Fontana e Cordenonsi (2015) ressaltam que os métodos utilizados pelos educadores precisam ser revistos e que busquem metodologias atraentes. Neste contexto, as estratégias de ensino devem ser aprimoradas de acordo com a realidade e a especificidade em que o educador estiver inserido.

Assim, os autores defendem o uso das TDICs no contexto escolar, como diferentes recursos tecnológicos educacionais, em diferentes formatos digitais, permitindo uma aprendizagem significativa. Eles chamam esses recursos de objetos de aprendizagem, como exemplo: imagens, gráficos, vídeos, sons e qualquer outro recurso digital que venha a contribuir com a inclusão de uma educação de forma criativa e que estimule a aprendizagem.

As iniciativas do governo, por meio de projetos, são diversas, na tentativa de incluir a informática no contexto educacional. Porém, a inclusão da informática e das tecnologias nas escolas acontece de forma morosa e muitas vezes os educadores não estão aptos a utilizar essas ferramentas, o que dificulta a inclusão. Embora, geralmente a inclusão ocorra pela introdução de computadores, sendo pouco recorrente a preocupação com a capacitação dos educadores ou ainda a disponibilidade de um técnico em informática.

Todavia, as mudanças em relação a educação são necessárias, precisa-se alterar paradigmas, a maioria dos educandos vivem a realidade do mundo virtual e a escola precisa acompanhar. Para Valente (1999) o processo de modificação de paradigma educacional não acontece da mesma forma que os avanços tecnológicos, a sociedade está em permanente transformação e o comportamento humano igualmente, afim de se adaptar ao progresso.

A capacitação de educadores em serviço está prevista como um dos fundamentos na formação destes, apontado no parágrafo único do art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, s/p.):

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009): [...]

II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e

Desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Educadores da Educação Básica, instituída por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, os currículos vêm sofrendo modificações e contemplando a inclusão das tecnologias na escola. E a partir de então, muitos educadores vem recebendo capacitações para trabalhar com os computadores, data show, lousa digital entre outras ferramentas tecnológicas nas escolas. Porém, muitas vezes estes educadores esbarram em muitos problemas, como a infraestrutura da escola, computadores sem assistência técnica, o sinal da internet inexistente ou fraco; e a própria política pedagógica da escola.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

A partir do início da implementação dos LIEs nas escolas, houve a necessidade de inclusão digital tanto dos educadores, quanto educandos e a comunidade geral para utilizar essas ferramentas. Dessa forma, intensificaram-se as políticas públicas e sociais para ocorrer a inclusão digital destes sujeitos.

A sociedade contemporânea passa por transformações políticas, econômicas e sociais, de modo acelerado. As atividades humanas interligadas as tecnologias são uma vertente latente e se bem exploradas podem trazer crescimento social, econômico, cultural e educacional.

Segundo Munarim (2014, p.20) é importante “problematizar o já bem popularizado termo inclusão digital, que carrega em sua definição a promessa de incluir os excluídos, aqueles que por algum motivo não têm acesso às tecnologias digitais”. Pode-se referir-se como parte dos excluídos digitais os sujeitos do campo, os ribeirinhos, os quilombolas e as periferias de cidades menos favorecidas.

Para Bonilla e Oliveira (2011, p.31) a “exclusão digital que tem como resposta a inclusão digital nas pautas obrigatórias dos governos é tão problemática e inconsistente teoricamente como a de exclusão social”. Ainda, ressaltam que quando se fala em inclusão digital deve-se problematizar as questões educacionais e culturais, com a promoção da participação política do cidadão” (BONILLA e OLIVEIRA, 2011, p. 33).

Segundo Souza (2006, p.46) “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que pretendem produzir resultados ou mudanças no mundo real”. Logo, ainda segundo o autor, as políticas públicas depois de elaboradas e desenvolvidas, decorrem-se em planos, programas e projetos.

No âmbito da educação, a primeira política pública e social criada para a inclusão digital foi o ProInfo, e logo após, foram criados vários outros programas na tentativa de incluir quem não tem acesso as tecnologias digitais, coforme apresentado no Quadro 3, que trás os principais programas criados pelo governo.

Programa	O que é	Objetivo
PROINFO	É um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações na rede pública de ensino fundamental e médio.	Promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.
Projeto Estadual de Informática na Educação	Vinculado ao ProInfo/SEED/MEC e destina-se a Rede Pública (Estadual e Municipal) do Rio Grande do Sul. Elaborado em 1997 por uma Comissão Estadual em que as escolas foram convidadas a ingressar nesse Projeto, tendo recebido subsídios para elaboração de seus próprios projetos para utilização da informática na educação.	Promover o uso pedagógico da informática na rede pública estadual e municipal de educação básica.
Programa Banda Larga nas Escolas	O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado no dia 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769).	Tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.
Telecentros	Instituídos desde 2009, os telecentros são espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos.	O objetivo é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos.
Um Computador por Aluno (PROUCA)	Instituído pela <u>Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010</u> . O projeto é desenvolvido em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e com os propósitos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, o Projeto UCA pretende criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar.	Tem por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais.
Programa Escola Aberta do Brasil (e-Tec),	Em 2015, aliado ao programa Laboratórios Móveis que consiste em levar aulas práticas a educandos do Programa Escola Aberta do Brasil (e-Tec), o governo do RS recebeu 115.000 netbooks, que beneficiaram mais de 300 escolas estaduais., além dos netbooks também foram entregados lousas digitais.	Promover a inclusão digital pedagógica, auxiliando o ensino e aprendizagem.
Inovação Educação Conectada	O Programa foi planejado para ser desenvolvido de 2017 a 2024, de forma a contemplar gradualmente escolas urbanas e rurais, em três grandes fases: Indução, Expansão e Sustentabilidade, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Internet para todos	Com a inserção do Gesac, o MCTIC em janeiro de 2018, lançou o programa <i>Internet para Todos</i> , destinado a atender com banda larga comunidades sem acesso. Buscando atender a comunidade sem acesso à internet e onde não há oferta comercial, logo, as empresas que apresentarem projetos para o programa terão isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias	Tem por objetivo promover a inclusão digital em escolas, hospitais e postos de saúde.
---------------------	--	---

Quadro 3 – Programas de inclusão digital criados pelo governo

Fonte: MCTic, 2018 adaptado pela autora.

Abordar políticas públicas, sociais e tecnologias exige que se discorra sobre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que é um órgão da administração federal direta. O MCTIC oferece ao cidadão o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) disponibilizando gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos.

5 | AS TECNOLOGIAS DIGITAS NA ESCOLA DO CAMPO, FORMAÇÃO DE EDUCADORES E O PRONACAMPO

A inclusão das tecnologias digitais na escola do campo deve ser seguida pela capacitação de seus educadores. Esta capacitação não deve se resumir apenas à utilização de tecnologias em sala de aula, mas também para propiciar um meio para facilitar o processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de formar um cidadão crítico, criativo e autônomo.

A iniciativa do Ministério da Educação (MEC), a partir de um convênio entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) e o ProInfo, como parte das ações do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), além de equipar as escolas, também se preocupa em oferecer a formação continuada de educadores para o uso das tecnologias nas escolas do campo.

O Pronacampo é um programa de apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da política de educação do campo, conforme decreto nº 7.352/2010 (MEC, 2012). O programa tem como objetivos ampliar a oferta da educação básica no campo, reduzir a desigualdade no acesso, na permanência dos educandos e na aprendizagem que ocorre nessas escolas (MEC, 2012). Tem como ações previstas a construção de novas unidades escolares, a melhoria no transporte de educandos e a formação no ensino técnico voltada a trabalhadores do campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC).

Assim, segundo Munarim (2014, p.134) o programa prevê:

O aumento da oferta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e financiamentos específicos para pesquisas por meio de Observatórios da Educação e ações de extensão. Articula-se ainda com uma série de outros programas e ações, como a Escola da Terra, voltado às escolas com classes multisseriadas e dos anos iniciais do ensino fundamental; o Escola Quilombola, para apoio às escolas localizadas em comunidades quilombolas; o Programa Mais Educação, que prevê a permanência dos estudantes em período integral nas escolas e a proposta de convênio com o ProInfo para distribuição de computadores, lousas digitais e formação de professores para o uso dessas tecnologias em sala de aula.

A ação conjunta dos dois programas do Governo Federal Pronacampo e ProInfo tem como objetivo levar a 35.440 escolas do campo, localizadas em 4.112 municípios do país, cerca de 50.000 computadores portáteis (notebooks e tablets), 5 mil laboratórios de informática equipados com servidor e lousas digitais (BRASIL, 2012).

De acordo com Munarim (2014, p.135):

A meta do Governo Federal é fazer uma ampliação de um programa já existente, o ProInfo Rural: as escolas já atendidas por esse programa e que já possuem laboratório de informática, receberiam apenas a lousa digital. As que não foram atendidas pelo ProInfo Rural foram divididas em dois grupos e receberão equipamentos diferentes: escolas que possuem de 5 a 50 estudantes matriculados: notebooks, laboratório de informática com servidor e lousas digitais. Dessas, as instituições com até 20 alunos receberiam um computador por aluno, enquanto as outras receberiam um número reduzido de equipamentos.

Sendo assim, o objetivo do MEC (2012) é cooperar com inclusão digital, por meio de distribuição de computadores, conexões com a rede de computadores, banda larga e outros recursos tecnológicos, vindo a atender e beneficiar os sujeitos do campo.

Pertinente a necessidade do educador em buscar o conhecimento para o ensino e aprendizagem ao utilizar as TDICs, pensa-se que o educador só terá condições de servir-se e analisar uma ferramenta digital, se e somente se, tiver conhecimento adequado. Segundo Richetti e Brandão (2011) os educadores precisam buscar formação e conhecer as potencialidades educacionais que as tecnologias oferecem e serem capazes de usá-los em benefício de suas atividades na escola.

Apesar da amplitude da lei e de sua pretensão, na prática, nos espaços escolares, esta realidade pouco se encontra presente. Observa-se escolas sucateadas, com estrutura inferior a mínima necessária para atendimento das políticas propostas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base de existência o território, os sujeitos do campo caracterizam suas identidades na construção social e se fortalecem por meio de suas lutas e movimentos sociais em prol de uma Educação do Campo que atenda seus interesses, suas necessidades, suas identidades, a partir do qual esses povos vão construindo seu espaço.

A inclusão às tecnologias digitais de modo tangível e definido pode ser considerado

como o fomento necessário a Educação do Campo para auxiliar na reflexividade das condições de existência social que contribuam na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade e sobre a visão de atraso a que o campo está vinculado, possibilitando maior participação dos sujeitos do campo nas discussões sobre o desenvolvimento de seus territórios.

Portanto, nota-se que existem programas de inclusão digital por meio das políticas públicas para os sujeitos que vivem no campo, mas pode-se perceber que todos estes programas muitas vezes não estão atrelados a realidade deste educando do campo que é diferente do educando da cidade.

Partindo desta afirmativa, compreende-se que o fortalecimento da Educação do Campo perpassa pelo reconhecimento da relevância da temática do campo e de seus sujeitos, por parte do Estado, através das políticas públicas e ações na área da educação e da produção agropecuária na agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BONILLA, M.H.S.; OLIVEIRA, P.C.S. **Inclusão digital: ambiguidades em curso**. BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. *Inclusão digital: polêmica contemporânea* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 23-48. ISBN 978-85-232-1206-3. Available from SciELO Books.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31.

_____. Presidência da República Casa Civil. LEI Nº 13.341, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm> Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>> Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC,2002). Sistema de gestão tecnológica: relatório distribuição por programa e contrato: Proinfo: consulta. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigetec/sisseed_fra.php>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento**. In: *Por uma educação do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

_____, R. S. **Sobre educação do campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiás, 2012.

_____, R. S. **Elementos para construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo**. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). Por uma educação do campo. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo,” 2008. p. 13–49.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, M. A. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

DICI. Dicionário Online de Português, 2018. Significado de Rural. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/rural/>> Acesso em: 05 de jul. de 2018.

FERNANDES, B. M. **Educação Do Campo: História, Práticas e Desafios**. Entrevista com Bernardo Mançano Fernandes, por Graziela Rinaldi da Rosa. **Reflexão & Ação**, Vol. 22, No 2 (2014). p. 481-87.

FONTANA, F. F.; CORDENONSI, A. Z. **TDIC como mediadora do processo de ensino-aprendizagem da arquivologia**. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 101-131, jul./dez. 2015.

FONSECA, A. I. A.; SANTOS, E.V.; TEIXEIRA, L. R. **Socioterritorialidade: a inter-relação cultura – território – educação do campo**. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Francisco Beltrão, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FLORES WIZNIEWSKY, C. R. A contribuição da Geografia na construção da educação do campo. In: MATOS, K. S. A. L. de; WIZNIEWSKY, C. R. F.; MEURER, A. C.; DAVID, C. de. (Org) **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 27-38.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LIMA, A. C.; NOMA, A. K. **MST e as Políticas Públicas para a Educação do e no Campo: práticas educativas em agroecologia no MST/PR**. Disponível em: < <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0072.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, F. J. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar**. Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2009.

MELLO, S. N. **Educação no Campo e Educação Rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**. TCC. (Graduação). Geografia Bacharelado. Universidade Federal Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, SP. 2011.

MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Inclusão Digital. 2018. Disponível em: < http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/inclusao_digital/> Acesso em: 17 de maio de 2018.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

MOLINA, M. Rocha, M. I. A educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014.

MUNARIM, I. As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades. 2014. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, SC.

PONTE, J. P. da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 24, p. 63-90, set./dez. 2000.

PORTAL MEC. Proinfo Integrado: Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado). 2013. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1315>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants**. On the Horizon. NBC University Press, v. 9, n. 5, oct. 2001.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, MARIA PAULA (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84–130.

RICHETTI, R.; BRANDÃO, E. **A informática na Educação: a percepção de professores**. Disponível em: < <http://pedagogiafaedupf.blogspot.com/2011/05/informatica-na-educacao-percepcao-de.html>> Acesso em: 31 de maio de 2018.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VALENTE, J. A. (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, SP: NIED/Unicamp, 1999.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

SOBRE OS ORGANIZADORES

JORGE GONZÁLEZ AGUILERA: Engenheiro Agrônomo (Instituto Superior de Ciências Agrícolas de Bayamo (ISCA-B) hoje Universidad de Granma (UG)), Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (UO), CUBA (2002), Mestre em Fitotecnia (UFV/2007) e Doutorado em Genética e Melhoramento (UFV/2011). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Campus Chapadão do Sul. Têm experiência na área de melhoramento de plantas e aplicação de campos magnéticos na agricultura, com especialização em Biotecnologia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: pre-melhoramento, fitotecnia e cultivo de hortaliças, estudo de fontes de resistência para estreses abiótico e biótico, marcadores moleculares, associação de características e adaptação e obtenção de vitroplantas. Tem experiência na multiplicação “on farm” de insumos biológicos (fungos em suporte sólido; Trichoderma, Beauveria e Metharrizum, assim como bactérias em suporte líquido) para o controle de doenças e insetos nas lavouras, principalmente de soja, milho e feijão. E-mail para contato: jorge.aguilera@ufms.br

ALAN MARIO ZUFFO: Engenheiro Agrônomo (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/2010), Mestre em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal do Piauí – UFPI/2013), Doutor em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal de Lavras – UFLA/2016). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS no Campus Chapadão do Sul. Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo, plantas de cobertura e integração lavoura pecuária. E-mail para contato: alan_zuffo@hotmail.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-454-2

